ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 005/CMGM/22

Departamento de Proc. Legislativo

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 005/CMGM/22 20 DE ABRIL DE 2022.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ- MIRIM/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, ESTADODE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

FAZ SABER, que a Plenário da Câmara Municipal de Guajará-Mirim (RO) aprovou e ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

Art. 1.º Os servidores e vereadores da Câmara Municipal de Guajará-Mirim que, eventualmente e em razão de serviço ou do mandato, ou ainda para participar de curso, congresso ou seminário, devidamente designado ou autorizado, tenha que ser deslocar da Comarca de sua sede de exercício para outra, no território nacional ou para o exterior, farão jus à percepção de diárias, nos termos desta Resolução.

§ 1.º As disposições desta Resolução aplicam-se também aos servidores ocupantes de cargo em comissão e aos servidores públicos colocados à disposição ou cedidos, a qualquer título, para prestar serviços a Câmara Municipal de Guajará-Mirim.

Art. 2.º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede de serviço, incluindo o deslocamento, e se destinam a indenizar antecipadamente o servidor e o vereador das despesas com alimentação, transporte e hospedagem.

§ 1.º Na data do retorno à sede da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, a diária será paga pela metade, exceto se a chegada ocorrer depois das 12h00 (doze horas).

§ 2.º Na hipótese em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, os servidores e vereadores farão jus às diárias correspondentes ao período prorrogado.

Art. 3.º As diárias serão pagas preferencialmente antes do deslocamento em serviço e conforme os valores constantes no Anexo I desta Resolução.

§ 1.º As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno.

Art. 4.º Para o deslocamento fora do País, os valores das diárias serão pagos em moeda nacional vigente, convertidos na cotação do dólar do dia do pagamento.

Art. 5.º O servidor ou vereador com deficiência visual, sensorial, de locomoção, de natureza grave, permanente ou transitória, que limita a sua capacidade de exercer suas atividades normais, poderá se fazer acompanhar de um servidor em viagens nacionais ou internacionais, cabendo a este as diárias correspondentes, conforme Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n.º 13.146/2015.

Art. 6.º Na proposta de concessão de diárias deverá sempre ser observado o limite de recursos orçamentários próprios ao exercício financeiro.

Art. 7.º O ato de concessão de diárias caberá exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal, mediante solicitação apresentada pelo interessado, que será julgada em processo administrativo aberto exclusivamente para este fim.

Parágrafo único. Mediante ato publicado no meio oficial, o Presidente da Câmara poderá delegar a prática de atos instrutórios, sem conteúdo decisório, ao seu Chefe de Gabinete para otimizar o andamento dos processos de prestações de contas, podendo a qualquer momento avocar a sua competência.

Art. 8.º Sem prejuízo do que dispõe o artigo 10, o servidor ou vereador restituirá as diárias recebidas em excesso ou declaradas ilegais, mediante desconto em folha, transferência bancária ou depósito a ser realizado na conta bancária da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez dias) dias corridos contados da data do retorno à sede.

Parágrafo único. Quando por qualquer circunstância não for realizada a viagem que motivou o afastamento, o beneficiário restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido neste artigo.

Art. 9.º O beneficiário de diárias, na forma da presente Resolução, deverá comprovar a realização da viagem proposta em até 05 (cinco) dias corridos do seu retorno, sob pena de ser descontado, em sua folha de pagamento, o valor das diárias recebidas durante o período, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Na comprovação das diárias recebidas, o beneficiário deverá observar o modelo próprio de Prestação de Contas fixado pela Câmara de Vereadores, bem como exarar relatórios de trabalhos e comprovar o interesse público dos gastos realizados na missão, com fotos, vídeos, documentos, recibos ou qualquer outro documento idôneo.

Art. 10. A devolução de importância correspondente às diárias pagas, mas que não forem efetivamente utilizadas, dentro do mesmo exercício financeiro, após o recolhimento à conta bancária da Câmara, ocasionará na reversão do respectivo crédito à dotação orçamentária própria.

Parágrafo único. A devolução será considerada “Receita Própria” quando se efetivar após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

Art. 11. Quando o período de afastamento se estender até o exercício financeiro seguinte, a despesa recairá no exercício em que se iniciou.

Art. 12. Concluído o processo administrativo de concessão de diárias, e apresentada a respectiva prestação de contas pelo interessado, os autos serão preliminarmente analisados pelo Departamento de Orçamento e Finanças, Controle Interno e, por fim, pela Procuradoria Jurídica.

§ 1.º Após a manifestação dos setores técnicos da Câmara de Vereadores, a prestação de contas será submetida à apreciação do Presidente para julgamento final.

§ 2.º A decisão final sobre a prestação de contas poderá rejeitá-la, com a aplicação das penalidades previstas nesta Resolução, ou aprová-la, situação em que será homologada a despesa, com a respectiva baixa de registro e arquivamento dos autos administrativos.

Art. 13. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 14. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, Resoluções, Instruções Normativas, Recomendações Internas, Pareceres ou Exames Técnicos, em especial as Instruções Normativas DOF Nº 001/2019 e 007/CMGM/17, de 09/07/2017.

Art. 15. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guajará-Mirim/RO, 20 de abril de 2022.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

MÁRIO CÉZAR DE CARVALHO
1º Vice-Presidente/CMGM/RO

KERLING APARECIDO MOREIRA
1º Secretário/CMGM/RO

ANEXO I				
VALORES DAS DIÁRIAS				
CATEGORIA FUNCIONAL	Município (área de difícil acesso)	No Estado de Rondônia	Outros Estados da Federação	Internacional
Vereadores	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.700,00
Servidores Efetivos e comissionados	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 800,00	R\$ 1.400,00

Publicado por:
Pessoa Jurídica Padrão
Código Identificador:31B29C81

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 26/04/2022. Edição 3206
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>